

## **COOPERATIVA POPULAR NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO**

MAIA, Denise M. – UFPR

GT: Educação Popular / n.06

Agência Financiadora: Sem Financiamento

Este texto apresenta a reflexão sobre o potencial e os limites das organizações identificadas como cooperativas populares em contribuir na transformação das condições extremamente desfavoráveis dos segmentos excluídos dos bens sociais. A idéia já analisada em dissertação de mestrado da autora é entender os alcances e as perspectivas possíveis de alteração concreta na vida das pessoas.

A resposta às mudanças tecnológicas, organizacionais e institucionais resultantes de processos inovativos com impacto sobre as estruturas de mercado tem sido freqüentemente a busca por flexibilidade que inclui novas técnicas organizacionais, de gestão da força de trabalho e de práticas inovadoras, além de redes de subcontratação que normalmente precarizam o mercado de trabalho. Esse processo de reestruturação produtiva tem exigido mudança de comportamento do trabalhador, o qual sofre seus efeitos mais nefastos em um mundo onde a liberdade individual reina soberana e se torna predicado na perpétua autocriação do universo humano. (BAUMAN, 1998 p. 9) Para Bauman a tripla função desempenhada pelo socialismo moderno em relação à sociedade capitalista foi de expor a farsa da representação social do Estado, de não deixar encobrir a possibilidade de melhor cumprir essa promessa e ao mesmo tempo pressionar a sociedade para realizá-la no seu potencial. A idéia de que o desempenho da modernidade no capitalismo, aquém dos fins declarados, seria melhor sob administração socialista, também parece estar superada. (ibid, 1999, p. 278-279) Os questionáveis resultados das alternativas sistêmicas ao capitalismo tentadas até o presente comprometem o sonho de uma sociedade mais justa e descartam a planificação social como um meio válido. Parece o triunfo do individualismo! Mas identificamos, nesse mesmo mundo, sinais de que outras formas políticas podem ser gestadas: pensar urgentemente em outras formas sociais e econômicas alternativas com potencial emancipatório que têm acontecido no mundo todo, baseadas na igualdade, na solidariedade e preservação do meio ambiente é pensar em alternativas factíveis. Seriam alternativas com conteúdo e formas características opostos aos do capitalismo por não reproduzir desigualdades de recursos e de poder, sem conferir primazia ao benefício pessoal e minimizar a exploração crescente dos recursos naturais.

O caminho mais eficaz do equacionamento de problemáticas estruturais aponta para a ampliação da cidadania. Assim, a alteração de uma lógica maior não decorre de decisões tomadas de forma centralizada e burocrática; ela se imprime antes na ampliação dos aspectos educacionais econômicos, políticos e culturais dos cidadãos.

A ausência de respostas macroeconômicas para solucionar a questão da pobreza e os problemas dela decorrentes, exceto os de distribuição regional ou setorial através de estímulos criados pela política econômica, deu lugar às intervenções locais para alcançar resultados mais efetivos. No entanto, os requisitos preconizados pela área econômica, como qualificação de mão de obra, escala de produção e equipamentos com tecnologia de ponta para enfrentar a concorrência e acumulação de capital, não estão ao alcance da população mais pobre. A natureza do desenvolvimento relacionada com as realizações materiais, as capacidades, a expectativa de vida ou direitos humanos, está intrinsecamente vinculada às oportunidades de escolha que permitem a cada pessoa levar a vida que gostaria. As escolhas não dependem necessariamente do acúmulo de riquezas obtido, mas sim do acesso às informações e do grau de cooperação que existe entre os membros de uma comunidade. A importância do cooperativismo no mundo hoje reside em que ele é uma organização capaz de mudar comportamentos, atuar com outra racionalidade, e condicionar novos hábitos, ações, posturas e regras. Nesta mesma direção se reconhece a metodologia adotada pela Rede Universitária Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares aqui adotada na análise desta experiência.

O Cooperativismo Popular como um instrumento eficaz na organização social e produtiva de comunidades empobrecidas, fundamenta alternativas viáveis de sobrevivência e *emancipação* econômica e social dos trabalhadores sem renda ou de baixa remuneração, por desvincular-se de intermediários e apropriar-se de maior parcela de valor gerado pelo seu próprio trabalho. Assim, genericamente, o desenvolvimento econômico e social pode também ser entendido como forma de promover melhores condições de vida para a população. O desenvolvimento assim entendido por diversos autores (SANTOS, 2002), inspira-se nos valores que enaltecem a condição humana da igualdade, da equidade e da cidadania, com a inclusão plena dos setores marginalizados na produção e repartição dos resultados do desenvolvimento. Cabe destacar que esta teoria não rejeita a idéia de crescimento econômico, mas lhe impõe limites, subordinando-o a imperativos não econômicos. Seu caráter coletivo fortalece processos de construção de poder comunitário cujos efeitos de iniciativas econômicas populares

podem contrariar as causas estruturais da marginalização e atingir a esfera política. (ibid. P44-57)

Os aspectos teóricos na discussão da sustentabilidade remetem ao conceito de desenvolvimento social e humano entendido como promoção do bem-estar. Muitas vezes os autores que estudam essas questões, segundo Midgley (1995), dão fundamentalmente ênfase ao desenvolvimento com a sua universalidade e abordagem macro, efetuando apenas referências tangenciais ao desenvolvimento econômico, centradas na filantropia ou nas atividades básicas de assistência social. Para Sen (2000), a atribuição de valor por um indivíduo a determinados objetos e ações está ligada, entre outras coisas, ao valor que os atos humanos possam ter em si mesmos, sendo que essas escolhas não são puramente racionais, com o objetivo de maximizar benefícios e reduzir custos. Esse autor considera a pobreza como a impossibilidade da pessoa atingir os funcionamentos mínimos necessários à sua manutenção e de sua família. Neste enfoque, o trabalho e a renda são partes constituintes de estratégias de combate à pobreza e não um fim em si mesmo. Além dos bens materiais (casa, terra, rebanho ou renda monetária) é necessário ter a oportunidade concreta de usar um determinado recurso (crédito, saúde, educação, informação). O acesso à tecnologia como forma de exercer a cidadania, ou seja, poder exercer e mudar direitos e obrigações são processos de *empoderamento*, meios de expandir a capacidade das pessoas em controlar seu próprio futuro. Assim, os meios de vida referem-se ao conjunto de dimensões (produção, educação, mercado, renda monetária, realização profissional, intelectual) envolvidas no estabelecimento de capacidades, na conquista de ativos tangíveis e intangíveis e na definição do comando sobre as mesmas. Os meios de vida têm sustentabilidade quando são capazes de manter ou expandir tais capacidades e bens, não apenas no presente, mas também para o futuro, superando tensões e choques sem causar prejuízos fundamentais à base de recursos naturais (SEN, 2000, p.92 e 2001 p.86).

Boaventura de Sousa Santos (2002) crítica a estreita racionalidade econômica: é contra a idéia de que o econômico é uma esfera independente da vida social, para cujo funcionamento se requer o sacrifício de bens e valores não econômicos, quais sejam, os sociais (i.e., igualdade), os políticos (i.e., participação democrática), os culturais (i.e., diversidade étnica), e os naturais (i.e., o meio ambiente). O Desenvolvimento Alternativo considera a economia como parte integrante da sociedade, subordinando os fins econômicos à proteção destes bens e valores (SANTOS, 2002, p. 53-54).

Entre os marxistas o assunto é polêmico, mas com alguma convergência. Para os teóricos do socialismo as apreciações sobre cooperativismo são múltiplas: uma das mais típicas vê as cooperativas no mundo capitalista como um conjunto mais ou menos denso de ilhas incapazes de contrariar a dinâmica global do sistema, embora funcionando como barreiras defensivas de alguns setores, através das cooperativas de consumo, de habitação, de crédito ou agrícolas. Considerado como um dos aspectos do associativismo operário nos primórdios do movimento cooperativista, estas concepções lhes atribuíam lugar e lhes assinalavam limites variáveis ao uso do conteúdo dos seus esquemas utópicos de transformação social como assinala Rui Namorado (1974, p. 10). Os debates concordam acerca da remota possibilidade do cooperativismo substituir o capitalismo e das virtudes da cooperação na construção do socialismo. Portanto, a relação de concorrência com o socialismo como alternativa ao capitalismo, e a relação de complementaridade como meio de promover a socialização de certos setores da produção estariam descartadas. Assim, mantém-se apreciável valor defensivo no quadro do capitalismo que assume, em alguns de seus aspectos, certo peso formativo e capacidade de difusão cultural, não assumindo, nunca como conjunto, qualquer veleidade de se transformar numa via de superação do capitalismo, ou provocar uma inversão dos critérios gerais inerentes à lógica capitalista.

Para Singer a cooperativa popular é e está como o próprio nome sugere, no campo da economia solidária, pois a considera em termos conceituais como equivalente. Entende a economia solidária como um conceito mais amplo, que engloba um conjunto de empreendimentos solidários, do qual as cooperativas populares são apenas uma parte. (SINGER, 2002 p. 123).

Como o cooperativismo pressupõe e promove o ser humano completo, ativo, participante, consciente e capaz do exercício dos direitos e deveres, seus princípios vêm ao encontro das aspirações humanas. Na prática, as cooperativas apontam, como se pôde verificar, para a remuneração eqüitativa dos trabalhadores e para a participação democrática na tomada de decisões sobre a cooperativa, propiciando novas formas de relacionamento de trabalho e remunerações mais eqüitativas. Espera-se que os modelos de sucesso existentes estimulem a sua imitação por outros, alcançando um efeito multiplicador.

Assim é possível concluir que a solidariedade enquanto uma qualidade da organização autogestionária permeia as relações de trabalho estabelecidas no

desenvolvimento das atividades fins, nas relações de empreendimentos da mesma natureza e com a sociedade de modo geral. Por isso, o modelo autogestionário de empreendimento à luz da doutrina cooperativista pressupõe a efetiva participação das pessoas que devem reconhecer-se enquanto indivíduos capazes de conhecer e exercer seus direitos. Logo a estrutura organizacional autogestionária para esta população cooperativada e em busca de alternativas de sobrevivência, deve receber tratamento diferenciado pelo papel social que representa. Estes incentivos visam o desenvolvimento das suas capacidades ativas dentro da racionalidade da competência do próprio liberalismo. As cooperativas hoje possibilitam muitas vezes a oportunidade de trabalho e um melhor nível de renda, viabilizando condições mais favoráveis de inserção no mercado, fortalecendo a cidadania, a dignidade e a auto-estima das pessoas.

### **Bibliografia**

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.

MIDGLEY, S. *Social Developments: the developmental perspective in social welfare*. London: Sage Publication, 1995.

NAMORADO, Rui. *Cooperativismo e socialismo*. Rui Namorado (Org.) Coimbra: Centelha, 1974.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* in Boaventura de Souza Santos (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Terras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo : Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.